

Economia



DÍVIDAS DE R\$ 18 BILHÕES

BC poderá fazer acordo com bancos

Limite máximo para redução do valor dev. do será de 70%



COM RECURSOS ANTECIPADOS...

ALÍVIO TEMPORÁRIO DE ATÉ 4% NA CONTA DE LUZ

MP amplia subsídio para energia renovável, o que elevará tarifa adiante

VICTÓRIA ABEL
artista: andré@oglobo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem uma medida provisória que tem o objetivo de garantir a redução de até 4% na conta de luz para consumidores residenciais neste ano. A mesma MP, por outro lado, pode levar o consumidor a arcar com um custo ainda maior no futuro, ao prorrogar benefícios a usinas renováveis, especialmente as eólicas e as solares.

Lula promoveu a assinatura da medida em meio à queda de popularidade no segundo ano de seu terceiro governo. A conta de luz é considerada um dos itens mais sensíveis ao bolso dos brasileiros. Hoje, após assinada a MP, o presidente vai se reunir com representantes do setor elétrico para buscar saídas para a redução das tarifas.

Para chegar à redução na conta de luz, agora, a MP traz uma engenharia complexa. Permite ao governo antecipar cerca de R\$ 26 bilhões que serão pagos pela Eletrobras para aliviar as tarifas — uma exigência da lei de privatização da empresa, aprovada em 2021. A Eletrobras não precisará, porém, fazer o aporte. Será feito uma espécie de empréstimo, de maneira que o governo receba o dinheiro agora tendo como garantia os pagamentos futuros da empresa, que ocorrerão até o início da próxima década.

EMPRÉSTIMOS QUITADOS

Desse valor, serão usados cerca de R\$ 15 bilhões para quitar despesas do setor elétrico que foram necessárias na época aguda da pandemia de Covid-19 (quando as tarifas ficaram congeladas) e no período



Foto: Gerardo Aickm, vice-presidente, Lula e Alexandre S. Vieira, ministro de Minas e Energia, na assinatura da MP. governo espera redução de até 4% na conta de luz

de escassez hídrica, em 2020 e 2021 (quando o governo precisou contratar energia de termelétricas, mais caras). Esses empréstimos foram embutidos nas contas de luz e estão sendo pagos agora. O objetivo é quitá-los para aliviar as tarifas. Os R\$ 11 bilhões restantes também serão aportados nas contas de luz para cobrir outras despesas. A MP prevê ainda o uso de recursos para evitar uma alta de 44% nas contas de luz de consumidores do Anapá. Nesse ponto, o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) foi um dos principais defensores da MP no Congresso.

Com a operação, o governo consegue reduzir temporaria-

mente a conta de luz, mas deixa de receber adiante recursos da Eletrobras que entrariam no caixa nos próximos anos. A versão anterior da MP, encaminhada Casa Civil, previa uso de mais dois fundos, que atenderiam os estados do Sudeste e do Nordeste, na área de influência das subsidiárias da Eletrobras Furnas e Chesf. Por articulação de parlamentares dessas regiões, o uso desses fundos saiu da MP e seus recursos continuarão sendo empregados na revitalização de bacias hidrográficas sob influência de usinas nas regiões. Além da destinação de recursos para a conta de luz, o governo também vai prorrogar o prazo para usinas reno-

O que diz a medida provisória

Antecipação de recursos: para chegar a um acordo na conta de luz, o governo pretende antecipar cerca de R\$ 26 bilhões previstos na lei da privatização da Eletrobras e que precisaram ser pagos pela empresa nos próximos anos. A empresa não precisará pagar os recursos adiantados. Será feito uma espécie de empréstimo via bancos tendo o dinheiro da Eletrobras como garantia. O recurso vai antecipar os pagamentos de outros empréstimos.

Prorrogação de prazo para operação de usinas: o texto da medida provisória também dá mais 36 meses para a conclusão de projetos eólicos e solares antes a ter desconto no uso do sistema de transmissão. Esses descontos são oferecidos para quem comprar energia dessas usinas. Por isso, trata-se de um subsídio, pago pelos demais consumidores. O impacto anual é de R\$ 4,5 bilhões por ano, segundo associação do setor.

váveis entrarem em operação e contarem com subsídios. Isso gera um aumento de custo de R\$ 4,5 bilhões para os consumidores, segundo cálculos da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace). Para a associação, essas medidas precisam ser avaliadas em conjunto com diversas outras que poderiam reduzir estruturalmente o preço da energia.

Ao ampliar o subsídio, a MP tenta resolver uma fila de projetos de geração de energia sem condições de escoamento por falta de linhas de transmissão. O prazo inicial estabelecido pela lei de 2021 para entrada das usinas no sistema era de 48 meses, vencendo no ano que vem. Na nova MP, o governo vai ampliar esse período em mais 36 meses. As empresas argumentam que não houve tempo suficiente para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) analisar os pedidos de incentivo.

NORDESTE DEFENDE MEDIDA

Isso pesa na conta porque essas usinas levarão mais tempo para entrar em operação. O subsídio se dá da seguinte forma: grandes consumidores, como shoppings e indústrias, que compram energia diretamente no mercado livre — ou seja, que não estão atrelados à distribuidora de cada localidade — contratam eletricidades dessas usinas e conseguem descontos nas tarifas de transmissão. Mas esse desconto, o subsídio na prática, é "rateado" por todos os consumidores, inclusive os industriais, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), um fundo setorial presente nas tarifas de energia.

Segundo dados da Aneel, o estoque de projetos incentivados de 2021 para cá é de cerca de 145 gigawatts (GW). Desse montante, há 88 GW que têm outorgas de autorização emitidas, mas cujas obras não foram iniciadas. Essas poderão contribuir com os incentivos com base na MP.

Como a maior parte das usinas está no Nordeste, governadores dessas regiões defendem a edição da medida. O ministro de Minas e Energia afirma que ela elimina projetos que não tenham capacidade mínima de viabilidade, pois exigirá o depósito de garantias. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, admite que será um desafio manter as tarifas mais baixas no futuro.

— É um desafio que nós não teremos trégua.

Incentivo vai pesar na fatura por até 20 anos, diz analista

Na avaliação de especialistas, segmento não precisa de mais benefícios

BRUNO ROSA
bruno.rosa@oglobo.com.br

Os novos subsídios para fontes de energia renovável devem andar por completo no futuro a queda estimada para a conta de luz com a medida provisória (MP) assinada ontem, dizem analistas. Ela prevê a antecipação de pagamentos futuros provenientes da privatização da Eletrobras para o governo, estimados em R\$ 8 bilhões.

Para Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o efeito da prorrogação das subvenções para fontes de energia renováveis vivas em 2029 e deve se estender por um período de 15 a 20 anos para quem vende e para quem compra energia. Em valores, ele calcula um impacto entre R\$ 17 bilhões e R\$ 19 bilhões.

Nos cálculos de Santana, para o consumidor, o impacto das altas nas tarifas em 2029 será de

mais de 9%. Em termos práticos, ele avalia que o peso do subsídio na conta de luz será maior e durará mais tempo do que o benefício que o consumidor vai receber este ano, com a redução da conta de luz. — Não é mais necessário qualquer subsídio para as fontes renováveis. Os custos de investimento dessas fontes caíram mais de 50% nos últimos anos. Prorrogar esse tipo de redução já é anulado. Não entendendo a razão para publi-

car uma MP antes da conversar com especialistas, como o governo disse que faria — afirmou. — A MP chega como uma forma de apagar incêndio apenas. Os efeitos serão curtos, como os dos governos anteriores.

Ela lembra que com mais fontes intermitentes, como solar e eólica (que não geram energia ininterruptamente), será preciso investir também para fortalecer o sistema. Rafael Verini, coordenador de Inteligência de Mercado da Safira Energia, lembra que a expansão de usinas eólicas e solares traz mais complexidade à operação do Sistema Interligado Nacional, uma vez que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) não controla o seu acionamento, ao contrário: das

hidrelétricas e termelétricas: — Ao mesmo tempo, é necessária uma contínua expansão das linhas de transmissão para o atendimento do consumo de forma a se tornar mais flexível e seguro. Nos cálculos da Abrace, associação que representa grandes consumidores de energia e gás natural, a prorrogação dos subsídios para energia renovável vai representar um aumento futuro de até R\$ 4,5 bilhões por ano nas contas de energia para os consumidores. "O setor elétrico acomoda interesses legítimos de escolhas de políticas públicas que afetam a tarifa de energia, mas é necessário que custos e benefícios sejam sempre explicitados para garantir as melhores escolhas para o país", disse em nota.

Essa MP não vai anular o movimento de alta das tarifas de energia. Se vier uma bandeira vermelha (por conta da falta de chuvas), essa redução já é anulada. Não entendendo a razão para publi-